



A MULHER EVANGÉLICA E O DISCURSO RELIGIOSO CRISTÃO: ENTRE O SENTIDO E A OPRESSÃO

LA MUJER EVANGÉLICA Y EL DISCURSO RELIGIOSO CRISTIANO: ENTRE EL SENTIDO Y LA OPRESIÓN

THE EVANGELICAL WOMAN AND CHRISTIAN RELIGIOUS SPEECH: BETWEEN SENSE AND OPPRESSION

Raquel Pereira da Silva¹
Ana Paula de Azevedo Novais Dias²

RESUMO: O presente trabalho, foi extraído da Monografia apresentada ao curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais em junho de 2020, que teve como objetivo compreender a influência do discurso religioso cristão nos processos de subjetivação das mulheres evangélicas, considerando a propriedade paradoxal do discurso, enquanto mecanismo de opressão e princípio de elucidação de sentido. Realizou-se uma pesquisa qualitativa e teórica, a partir da revisão de literaturas. O estudo foi fundamentado nos conceitos de processo de subjetivação e de poder, bem como, nas considerações relacionadas às questões de gênero, no que se refere à opressão, violência e dominação das mulheres. As reflexões críticas foram pensadas a partir da investigação sobre a história da incorporação do discurso religioso cristão na cultura brasileira. Com destaque para as questões de gênero, buscou-se elucidar os sentidos ocultos nas narrativas acerca das principais personagens femininas que aparecem nas histórias bíblicas judaico-cristãs. Este estudo possibilitou ainda, identificar as formas de enfrentamento às opressões de gênero, encontradas por mulheres cristãs, por meio de movimentos de resistência e da teologia feminista, que se contrapõem ao discurso patriarcal, especialmente ao propor a desconstrução do conceito de um Deus masculinizado, em uma nova hermenêutica bíblica.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres evangélicas; Violência; Gênero; Teologia Feminista; Discurso Religioso.

RESUMEN: El presente trabajo fue extraído de la Monografía presentada al curso de Psicología de la Pontificia Universidad Católica de Minas Gerais en junio de 2020, que tuvo como objetivo comprender la influencia del discurso religioso cristiano en los procesos de subjetivación de las mujeres evangélicas, considerando la propiedad paradójica del discurso, como mecanismo de opresión y principio de elucidación del sentido. Se realizó una investigación cualitativa y teórica, basada en una revisión de la literatura. El estudio se basó en los conceptos de subjetivación y proceso de poder, así como en consideraciones relacionadas con las cuestiones de género, en lo que respecta a la opresión, la violencia y la dominación de las mujeres. Las reflexiones críticas fueron pensadas a partir de la investigación sobre la historia de la incorporación del discurso religioso cristiano en la cultura brasileña. Con énfasis en las cuestiones de género, buscamos dilucidar los significados ocultos en las narrativas sobre los principales personajes femeninos que aparecen en los relatos bíblicos judeocristianos. Este estudio también permitió identificar las formas de enfrentamiento de la opresión de género, encontradas por las mujeres cristianas, a través de los movimientos de resistencia y la Teología Feminista, que se oponen al discurso patriarcal, especialmente al proponer la desconstrucción del concepto de un Dios masculinizado, en una nueva hermenéutica bíblica.

PALABRAS CLAVE: Mujeres evangélicas; Violencia; Género; Teología Feminista; discurso religioso.

ABSTRACT: The present work was extracted from the Monograph presented to the Psychology course at the Pontifical Catholic University of Minas Gerais in June 2020, which aimed to understand the influence of Christian religious discourse on the subjectivation processes of evangelical women, considering the paradoxical property of discourse, as a mechanism of oppression and a principle of elucidation of meaning. A qualitative and theoretical research was carried out, based on a literature review. The study was based on the concepts of subjectivation and power process, as well as on considerations related to gender issues, with regard to the oppression, violence and domination of women. The critical reflections were thought from the investigation on the history of the incorporation of the Christian religious discourse in the Brazilian culture. With an emphasis on gender issues,

¹ Graduada em Psicologia com ênfase em Políticas Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais Campus Betim. psicologaraquelpereira@gmail.com

² Graduada em Psicologia com ênfase em Políticas Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais Campus Betim. anapauladias.psi@gmail.com

we seek to elucidate the hidden meanings in the narratives about the main female characters that appear in Judeo-Christian biblical stories. This study also made it possible to identify the ways of coping with gender oppression, found by Christian women, through resistance movements and Feminist Theology, which oppose the patriarchal discourse, mainly when proposing the deconstruction of the concept of a masculinized God, in a new biblical hermeneutics.

KEYWORDS: Evangelical Women; Violence; Genre; Feminist Theology; Religious Speech.

1 INTRODUÇÃO

Há mais de meio século, as reflexões sobre a dominação de gênero orientam a luta dos movimentos feministas em busca da igualdade de direitos. Gênero, diferentemente de sexo, que representa as diferenças biológicas entre feminino e masculino, se estabelece na construção social, histórica e cultural das desigualdades entre homens e mulheres (PINSKY, 2009). Por se tratar de uma questão estrutural e complexa, as desigualdades são processadas, na maioria das vezes, de maneira imperceptível, a partir de instituições sociais, tais como família, escola, igreja e outras.

A subordinação de gênero é uma das formas existentes de relações de poder mais frequentes em nossa cultura. As diferentes representações sociais para homens e mulheres são decorrentes de processos de subjetivação nos quais as mulheres sempre estiveram em extrema desvantagem diante dos privilégios masculinos, legitimados historicamente, como no caso do patriarcado, tão discutido no contexto contemporâneo. Relações de poder e dominação geram muitas formas de violências, tanto físicas quanto psicológicas. Tais violências se legitimam também pela imposição do papel social esperado e reforçado pela cultura patriarcal, justificadas pela subordinação da mulher, numa hierarquia inferiorizada (VILHENA, 2009).

Desde a infância, a mulher é instruída à subordinação de gênero, não somente na instituição familiar, mas também pelas instituições religiosas, principalmente as de matrizes judaico-cristãs, dentre elas o protestantismo, que têm como base o modelo patriarcal de organização. Neste cenário, é possível estabelecer uma relação entre gênero e religião, entendendo que as religiões, se movimentam e se modificam, como estruturas vivas, para cumprir os papéis que foram socialmente atribuídos às instituições religiosas (GEERTZ, 1989).

Diante do exposto, levantou-se o seguinte questionamento: como o discurso religioso cristão contribui para a manutenção das diversas manifestações de opressões contra a mulher, considerando a propriedade reguladora desse discurso e, ao mesmo tempo, a sua capacidade de elucidação do sentido de vida?

O presente estudo foi realizado partindo do método teórico de pesquisa qualitativa, a partir da revisão de bibliografias que investigam temáticas referentes aos impactos das práti-

cas discursivas nos processos de subjetivação, e problematizam questões de subordinação de gênero, a partir das perspectivas das ciências da religião e da psicologia, tendo como referência os campos da psicologia social e institucional. Por meio deste trabalho, buscou-se compreender como o discurso religioso cristão contribui para a organização da sociedade brasileira, analisar os impactos desse discurso no processo de subjetivação dos gêneros e discutir a relação paradoxal entre a possibilidade de elucidação do sentido de vida e as manifestações opressoras do discurso religioso cristão, a fim de que, a partir de tais reflexões, fosse possível ampliar a compreensão sobre a implicação do psicólogo diante dos fenômenos que contribuem para a manutenção da relação de subordinação de gênero no Brasil, que muitas vezes se desdobram em violência e opressão.

De acordo com Schraiber et al. (2007, p. 798), a violência contra a mulher é uma das maiores preocupações das políticas públicas de saúde no Brasil, devido aos números alarmantes de casos atendidos em todo país, geralmente praticados por parceiros íntimos das vítimas. Nesse sentido, algumas leis brasileiras foram promulgadas em defesa desta causa, entre elas, a Lei 11.343 de 2006 (Lei Maria da Penha) (BRASIL, [2020]), considera que os tipos de violência vivenciados pelas mulheres são física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, e a Lei 13.104 de 2015 (BRASIL, 2015), coloca o feminicídio, que é o assassinato motivado por violência doméstica ou discriminação de gênero, especialmente tipificado como crime hediondo no Brasil.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2018), em obra intitulada Atlas da violência, pontuam que 4.645 mulheres foram assassinadas no país, uma taxa de 4,5 homicídios para cada 100 mil brasileiras. Esses dados representam um aumento de 6,4% de homicídio de mulheres nos últimos 10 anos. A pesquisa destaca ainda que, apesar de não ser possível estimar, especificamente, quantos destes casos são feminicídio, grande parte das vítimas de homicídios teria sofrido algum tipo de violência de gênero.

A violência contra a mulher no Brasil tornou-se um tema de repercussão internacional. As Nações Unidas (2017), conclamou a sociedade brasileira para tolerância zero à violência contra as mulheres e meninas, após um caso de estupro coletivo de uma adolescente no Rio de Janeiro. No entanto, os números de crimes contra a dignidade sexual no Brasil continuam em ascensão, tendo em vista que em 2018, foram registrados pela polícia 49.497 casos, e 22.918 casos pelo Sistema Único de Saúde (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2018).

Vilhena (2009), destaca que 40% das mulheres vítimas de agressões físicas e verbais, atendidas no Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher – Casa Sofia – na Cidade de São Paulo, se declaram evangélicas. Conforme a autora, a grande dificuldade da equipe para agendamento das entrevistas individuais, bem como, da participação destas mulheres nos grupos focais, se deve ao receio que elas possuíam de serem descobertas, uma vez que sentiam que estavam indo contra as orientações pastorais, traindo sua igreja e o próprio Deus, além disso, muitas vezes, as orientações dadas pelos pastores às mulheres evangélicas vítimas de violência de gênero, é de que devem resolver seus problemas por meio da oração, fazendo com que a denúncia da violência seja encarada por elas como um ato de fraqueza e falta de fé na intervenção divina.

Com base nos dados apresentados, é possível constatar que as leis e políticas públicas voltadas para a diminuição das taxas de violência contra a mulher não têm sido eficientes até o momento. Sabe-se que muitos fenômenos, políticos e sociais, contribuem para a manutenção das opressões de gênero no Brasil, no entanto, destaca-se o modelo de organização social patriarcal, adotado pelo país, que é sustentado pelo discurso religioso cristão. Diante do exposto, identificou-se a necessidade de compreender a influência do discurso religioso cristão nos processos de subjetivação, mais especificamente das mulheres evangélicas, para as quais esse discurso é, também, princípio de elucidação de sentido de vida.

Para estudo dos impactos do discurso religioso cristão nos processos de subjetivação da mulher evangélica, buscou-se analisar o sentido presente nos mitos e textos bíblicos, que fundamentam a crença judaico-cristã. Como foco da análise, selecionou-se a história das principais personagens dos textos religiosos, que povoam o imaginário ocidental com relação ao papel esperado da mulher na sociedade. Este estudo foi baseado, principalmente, nos conceitos de processo de subjetivação, domesticação dos corpos e poder, presentes no pensamento filosófico de Foucault (1995), nas reflexões sobre a violência de gênero, religião, relações de poder e dominação, realizadas por Vilhena (2009), e na apresentação dos princípios da teologia feminista e reflexão crítica sobre a apropriação religiosa dos corpos e da sexualidade das mulheres, por Gebara (1989).

2 A CONTRIBUIÇÃO DA RELIGIÃO CRISTÃ PARA A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE E CULTURA BRASILEIRA

Segundo Rotondano (2013), o cristianismo, enquanto religião e princípio de organização social, foi estabelecido no Brasil com a chegada da colonização portuguesa, e o catolicis-

mo instituído como única religião legalmente aceita durante todo o período colonial e imperial, que durou de 1500 a 1889. Matos (2011), afirma que a colonização brasileira foi uma empreitada acordada entre Portugal e a Igreja Católica, na qual o Estado exercia um rígido controle sobre a base eclesiástica, por meio da interferência em todas as questões burocráticas realizadas pela Igreja. Para Leite e Môra, a doutrina cristã foi um instrumento de suma importância para o desenvolvimento do projeto colonizador de Portugal no Brasil, considerando que, somente a partir da moral religiosa cristã foi possível impor os padrões sociais europeus ao povo colonizado (LEITE; MÔRA apud ROTONDANO, 2013).

O discurso religioso cristão foi utilizado pelo Estado, como ferramenta fundamental, para domesticação dos corpos, a fim de perpetuar a dominação inerente às relações de poder, em defesa dos interesses políticos e econômicos dos colonizadores. A partir de uma postura oprimente, o Estado estabeleceu uma doutrinação, capaz de fazer com que cada sujeito controlasse a si mesmo, partindo de uma renúncia de si. A disciplina foi uma estratégia política que objetivou o controle das minúcias (DEL PRIORI apud ROTONDANO, 2013).

Matos (2011) aponta que, enquanto religião oficial do Império, o catolicismo mantinha controle absoluto sobre a organização social e cultural do Brasil. O tempo foi estipulado pelo calendário cristão, os registros de nascimento se davam pelo batismo, os casamentos realizados fora da Igreja não tinham valor jurídico e os não católicos não podiam ser enterrados nos cemitérios que, também, eram administrados pela Igreja. No entanto, a propagação do iluminismo no Brasil no século XVIII, favoreceu o crescimento do protestantismo, uma vez que trazia consigo os ideais liberais.

Conforme Matos (2011), somente a partir do Decreto nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890, é que houve a separação fatídica entre a Igreja e o Estado no Brasil, e desde então, o catolicismo passou a ser considerado como uma das muitas religiões existentes no país, possibilitando a liberdade de culto, o casamento civil obrigatório perante o Estado e a secularização da utilização dos cemitérios e das instituições educacionais. O Decreto, porém, não pôde impedir a influência da Igreja na sociedade, uma vez que suas marcas foram impressas durante séculos na cultura, na política, no direito, na educação, e em tantas outras instâncias sociais, podendo ser notadas ainda hoje, no século XXI.

Foucault (2004) considera que a religião, principalmente o cristianismo, interfere decisivamente na constituição da subjetividade. Especificamente, no cristianismo, os preceitos que propiciam a verdade, a sabedoria e o poder vêm especialmente da Bíblia, por acreditar-se ser a palavra de Deus traduzida e de outros documentos da Igreja. No entanto, outros elemen-

tos são articulados a esses, tornando o discurso religioso um instrumento de conquista e dominação dos fiéis (MELO, 2017).

3 A INFLUÊNCIA DO DISCURSO RELIGIOSO CRISTÃO NOS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO

A desigualdade de gênero é um fenômeno presente em todas as sociedades. Esta questão tem sido amplamente discutida, em especial, a partir dos movimentos feministas de 1960. Sabe-se que o modelo patriarcal, socialmente instituído, atualiza práticas e discursos que visam naturalizar as desigualdades de gênero. Para que tais desigualdades possam ser compreendidas, faz-se necessário entender os processos de subjetivação dos papéis sociais do homem e da mulher, considerando as relações de poder que sustentam a hierarquização desta relação, na qual a mulher é sempre colocada numa posição de inferioridade com relação ao homem, e, frequentemente, se sujeita a situações de dominação e violência. (BIROLI; MIGUEL, 2014).

Segundo Tedesco (2006), a subjetividade não possui um caráter estritamente psíquico e imutável. Ela deve ser compreendida, ao mesmo tempo, como produto e processo de um contexto histórico-político, configurado pelas relações de poder. Nesta perspectiva, pode-se dizer que o processo de subjetivação se dá por meio das práticas discursivas, em que são elaboradas as atividades de expressão, os signos presentes nas leis, códigos e convenções sociais. Para que um processo de subjetivação seja compreendido, deve-se, portanto, levar em conta seu contexto de desenvolvimento e quais as práticas discursivas e não discursivas o permeia.

Sabe-se que o discurso religioso cristão está presente nas diversas esferas institucionais, e atravessa o processo de subjetivação de homens e mulheres, independentemente de sua crença. No entanto, os textos bíblicos são as principais ferramentas para fundamentação da prática da fé judaico-cristã, católica e protestante, e, deste modo, acredita-se que há uma maior influência deste discurso na subjetivação daqueles que seguem tais movimentos religiosos, e buscam nele o sentido de sua espiritualidade ou de suas próprias vidas.

Há uma interpretação do livro de Gênesis, em que Eva fora criada por Deus a partir de uma costela retirada de Adão, com o objetivo de lhe fazer companhia e ser sua apoiadora (Gn 2, 18-25). Esta leitura permite a compreensão de que Deus não pretendia criar a mulher a princípio, no entanto, para atender às necessidades do homem, privando-o da solidão, decide criá-la. Pode-se compreender que Eva é moldada a partir de uma matéria prima diferente da que Adão fora criado, a partir do próprio homem, para que ela pudesse compreender que possui um papel secundário em relação ao papel do homem.

Nesse contexto, Beauvoir esclarece que:

Assim, a mulher aparece como o inessencial que jamais retorna ao essencial, como o Outro absoluto, sem reciprocidade. [...] Eva não foi criada ao mesmo tempo que o homem; não foi fabricada nem com uma substância diferente, nem com a mesma argila que serviu para modelar Adão: foi retirada do flanco do primeiro macho. Nem mesmo o seu nascimento foi autônomo; Deus não escolheu criá-la espontaneamente, com finalidade própria e para que, em troca, ela o adorasse diretamente: destinou-a ao homem, deu-a de presente a Adão para tirá-lo da solidão, ela tem no esposo sua origem e finalidade, é o seu complemento no modo do inessencial (BEAUVOIR apud DE MATOS, 2003, p. 143).

Em outra perspectiva, De Souza Colares (2019), defende que o sentido libertário do capítulo 1 de Gênesis foi encoberto, a partir de uma interpretação que o articula com o capítulo seguinte, a fim de ser utilizada em prol dos discursos que sustentam a ideia de uma suposta superioridade masculina. A autora aponta a dificuldade intrínseca à diferença linguístico-cultural que separa as traduções ocidentais do modo de pensamento oriental. Neste sentido, a própria polissemia da língua hebraica poderia permitir leituras diversificadas, que muitas vezes, podem ser articuladas de modo a comprometer o sentido do texto e seu caráter libertário.

De acordo com Frank Crüsemann apud De Souza Colares (2019), nos trechos do relato da criação, o uso linguístico da palavra “homem”, na verdade, se refere à humanidade, visto que a tradução mais apropriada do termo hebraico seria “ser-do-solo”. Esta interpretação estaria de acordo com a antiga tradição judaica, que entende “ser-do-solo” como um ser andrógino. Desta forma, o macho e a fêmea apareceriam como seres individualizados, sexualmente falando, de forma simultânea.

Na narrativa bíblica, Adão se esquivava da responsabilidade de ter comido do fruto do conhecimento do bem e do mal, do qual Deus havia ordenado para que ele não comesse, e culpa Eva por tê-lo induzido. Adão, após receber sua sentença, contesta a Deus, atribuindo a culpa do pecado à mulher que Deus o havia dado (Gn 3, 12). A partir desta interpretação, “a mulher foi assimilada à fraqueza, à sensualidade, à volúpia, à tentação, ao pecado, enfim, considerada um ser humano pela metade.” (GEBARA, 1989, p. 28). Considerando a leitura em que Eva fora criada para ser ajudadora de Adão, a obrigação de submeter-se a todos os desejos do homem teria sido um castigo, devido a desobediência ao mandamento divino. Deste modo, a mulher sempre esteve exilada nas instituições sociais, incluindo a religião, não tendo sua voz ouvida ou seus desejos representados, uma vez que era considerada um ser inferior.

Ainda com relação à cultura de culpabilização da mulher, Santos (2014) destaca que há uma ideologia difundida socialmente, principalmente a partir dos discursos religiosos, com relação à responsabilização das mulheres vítimas de estupro. Muitas vezes, a mulher vítima

de estupro é apontada como culpada, e em contrapartida, os homens são eximidos de sua responsabilidade frente ao crime cometido, justificando seu comportamento a partir da alegação de terem sido, de alguma forma, induzidos pela vítima à tal prática.

A cultura patriarcal, pensada por homens e para manutenção do poder dos homens, encontra no cristianismo ideologias que sustentam o medo relacionado ao corpo e ao jeito da mulher. O sentimento de medo com relação às mulheres na sociedade patriarcal, muitas vezes, é revelado nas práticas de opressão de gênero, que se apresentam por meio de violências físicas, psicológicas e morais. E devido ao discurso de medo do feminino, o sofrimento das mulheres é, muitas vezes, ignorado e justificado culturalmente (SUAIDEN, 2003, p. 145).

Para Gebara (1989), provavelmente as crenças que sustentam os comportamentos de exclusão da mulher tenham iniciado há milênios, a partir do temor mediante o poder da maternidade. A mulher, mãe dos viventes, tornou-se símbolo do poder da vida e da morte. Devido a relação de medo que os homens manifestavam com relação a mulher, ela começou a temer a si própria, submetendo-se e reproduzindo relações mantenedoras dos comportamentos de opressão de gênero até os dias atuais.

Outra personagem do livro de Gênesis que possui um lugar de destaque é Sara. Trata-se da esposa de Abraão, o patriarca da fé judaico-cristã. Sara possuía um papel fundamental para a promessa divina a Abraão, pois ela é quem deveria dar início à geração da nação escolhida por Deus. A finalidade de sua existência e o propósito de seu casamento era gerar filhos a Abraão. No entanto, diante da angústia de não poder exercer seu papel, ela sugere ao marido que tenha filhos com sua serva Agar (Gn 16). Sara estabelece uma relação de obrigação com a maternidade, como outras personagens bíblicas, tais como Raquel (Gn 30) e Ana (I Sm 1), que também não podiam gerar filhos, e são tomadas por uma grande angústia, diante da cobrança pessoal e da pressão social.

Nos dizeres de Feldman (2006), o patriarcado era a base familiar no período da história de Sara e Abraão. O pai possuía autoridade absoluta sobre sua mulher e filhos, podendo, inclusive, decidir sobre sua vida e morte. Era um período em que a mulher não poderia, em nenhuma hipótese, abandonar o seu marido, mas, em contrapartida, o homem poderia abandoná-la, caso não atendesse às suas expectativas e não cumprisse as funções que foram atribuídas a ela.

Percebe-se que ainda hoje, muitas mulheres estabelecem uma relação de obrigação com relação à maternidade, e que há uma perpetuação da opressão e cobrança social sobre as mulheres que não podem e, sobretudo, sobre as que não querem gerar filhos. De acordo com Scavone (2001), a pressão social em torno da maternidade está relacionada com a ideia de que

a recusa desse papel seria o primeiro passo para a subversão dos papéis de gêneros. A mulher não-mãe poderia buscar reconhecer suas outras potencialidades, colocando em risco a dominação masculina. Desta forma, a maternidade não deveria ser encarada como uma escolha, mas sim, como a única forma de realização da essência e potência feminina.

Para lidar com o medo relacionado à mulher, foi necessário reduzi-la a um “objeto de cama e mesa”, ou a um ser assexuado, “Virgem e Mãe”, que só pôde ser representado em Maria. No Novo Testamento da bíblia cristã, a Virgem Maria é a mulher que ocupa o papel de maior destaque, uma vez que foi por meio dela que nasceu Jesus, o símbolo maior do cristianismo (Mt 1). A representação social com relação à Maria, mãe de Jesus, é de uma mulher pura, submissa, reservada, capaz de procriar sem saciar seus desejos carnavais, dedicada ao lar e ao cuidado dos filhos, que busca sempre ensiná-los o caminho em que devem andar. (GEBARA, 1989). Follador (2009) destaca que na Idade Média houve um fortalecimento do culto à Virgem Maria, e a partir disso, a propagação de uma imagem idealizada de mulher, que exerce, simultaneamente, os papéis de esposa, mãe, dona-de-casa e assexuada. Qualquer mulher que escolhesse adotar uma postura diferente desta era considerada impura e imoral.

Segundo Follador (2009), na Idade Média as famílias adotaram uma postura de vigilância em torno das mulheres, a fim de garantir que elas se mantivessem virgens até o casamento, uma vez que a honra da família dependia da sua condição de castidade e pureza. E, após o casamento, a vida da mulher passava a ser controlada por seu marido, a fim de garantir sua honra por meio da fidelidade e legitimidade de sua prole. Desta forma, a mulher, independentemente de seu estado civil, devia adotar um comportamento discreto e recatado diante da sociedade, para evitar qualquer degradação à reputação de sua família ou de seu marido.

Os mecanismos disciplinares são utilizados pelas diversas instituições sociais, com objetivo de garantir a docilidade dos corpos. Para manutenção das relações de poder, há um grande investimento do dominador sobre o corpo do dominado, ao qual ele impõe limitações, obrigações e penalidades. O medo é a principal ferramenta utilizada pelo dominador, para garantir a obediência e autocontrole do dominado. (FOCAULT, 1995).

Nesse sentido, Bourdieu (2011) sustenta que há uma lógica paradoxal na relação de dominação masculina e submissão feminina. Para ele, tal relação é, ao mesmo tempo, espontânea e extorquida, e só pode ser compreendida por meio de uma análise dos impactos desta relação na ordem social. Segundo o autor, o que mantém esta relação de poder é uma força simbólica, que ultrapassa a alternativa da pressão e do consentimento. Nesta perspectiva, a manutenção de uma determinada ordem social torna-se mais importante que enfrentar as questões levantadas por ela.

O Novo Testamento da Bíblia Cristã contém uma descrição clara com relação aos papéis cabíveis a cada gênero. Alguns apóstolos de Jesus pontuaram sobre o comportamento esperado das mulheres, sobretudo, das mulheres cristãs. Paulo orienta sobre os deveres domésticos, ressaltando que a mulher deveria sujeitar-se a seu marido (Cl 3, 18-25). De maneira semelhante, o apóstolo Pedro orienta a mulher cristã com relação à sujeição ao marido e sobre a beleza de uma postura casta e temente (I Pe 3, 1-7).

De acordo com Silva (2006), baseando-se na concepção de que Deus criou homens e mulheres para exercerem determinadas funções de forma complementar, o fundamentalismo cristão tem na família uma instituição com grande potencial para transmissão dos valores religiosos ao longo dos tempos, e por meio desta instituição, são determinados os papéis de gênero, que são os pilares que sustentam a perpetuação e atualização das opressões contra a mulher. Tais valores foram transmitidos de geração em geração, chegando, com novas apresentações, até os dias atuais, além disso, ainda há igrejas que ensinam a seus fiéis que essas orientações devem ser seguidas no sentido literal, perpetuando as desigualdades e a opressão de gênero, dentro e fora das igrejas.

Nesta direção, Bourdieu (2011), pontua que apesar dos avanços impulsionados, principalmente, pelos movimentos feministas com relação às relações de gênero, ainda hoje, muitas mulheres sentem-se prisioneiras dos moldes da cultura patriarcal, em especial pelos que possuem algum fundamento religioso. As opressões de gênero não estão relacionadas apenas com a violência física e com o feminicídio. Muitas das vezes ela ocorre de maneira sutil, e nem sempre é evidente às mulheres os tipos de violação a que estão expostas. A divisão desigual das atividades domésticas, a necessidade de conter o tom de voz e comportamentos, a prescrição quanto à escolha das roupas, corte de cabelo e cuidados corporais, a imposição da maternidade, a submissão absoluta aos desejos do marido, e a posição hierarquicamente inferior designada dentro das instituições religiosas e do próprio lar, são apenas algumas das muitas formas de opressão vivenciadas pelas mulheres até os dias atuais.

Para Rodrigues, Nascimento e Nonato (2015), as próprias mulheres incorporam um lugar de inferioridade nas relações de poder entre gêneros, como algo natural e irreversível, e reproduzem tal concepção por meio de discursos e comportamentos, uma vez que não reconhecem sua condição de dominada. Portanto, pode-se perceber que o motivo que mantém as mulheres nessas relações de dominação está além de uma decisão consciente por um determinado estilo de vida. Em análise, trata-se de um processo de subjetivação do discurso patriarcal imposto socialmente a todas as mulheres, porém de uma maneira singular às mulheres evan-

géticas, cujo discurso religioso é apropriado como essência de sua religiosidade, espiritualidade e sentido de vida.

Ferraro (2003) propõe como forma de enfrentamento às opressões de gênero, que são sustentadas pelo discurso religioso cristão, a desconstrução do conceito patriarcal de Deus. O processo consistiria em desvelar os sentidos ocultos, relacionados à dominação de gênero, na linguagem, nos costumes, nas memórias, na história, nos textos sagrados, na ética, no simbolismo, na teologia e nos rituais da tradição cristã. Seria necessário também questionar a quem interessa a manutenção das relações de poder e as opressões de gênero, e finalmente, reconstruir a ideia de Deus e de sua relação com a humanidade, considerando também a realidade feminina.

4 A TEOLOGIA FEMINISTA: UM CONTRAPONTO AO DISCURSO

De acordo com Gebara (2017), desde o início da década de 1960 as mulheres, em diferentes partes do mundo, influenciadas pelos movimentos feministas, tem criticado a simbologia histórica masculina de Deus, e relacionado esta representação com as diversas formas de opressão das mulheres. Mediante um processo de conscientização, perceberam que a dominação masculina sobre a mulher, por meio da cultura patriarcal, se justificava na figura celeste do Deus absoluto, poderoso, abstrato e masculino. Este Senhor, dos céus e da terra, adorado, que reina sobre tudo e sobre todos, sustentaria as leis, comportamentos e costumes, por meio de seus representantes na terra, a quem revelava sua vontade, estabelecendo os papéis sociais a serem seguidos.

Tal figura poderosa se exterioriza numa linguagem gramática e numa figura histórico-simbólica masculina, se contrapondo à figura do feminino, dificultando a introdução de elementos simbólicos inclusivos que valorizem o feminino e a diversidade expressa pela vida. O monoteísmo masculino é a manifestação cultural da dominação pública masculina, legitimando o poder político e social do homem. (GEBARA, 2017).

Mas afinal, Deus tem sexo? À luz da Filosofia e da Teologia, Deus como criador de todas as coisas se distancia das limitações de suas criaturas pela sua superioridade e qualidades. Ele se apresenta como um ser espiritual, ou seja, imaterial, imortal e, portanto, assexuado. Mas, como conceber este Ser sem atribuí-lo um gênero? Numa cultura patriarcal, onde o masculino reina absoluto, tal Ser se constitui por meio da linguagem na predominância do social do masculino. Para Gebara (2017) a própria Bíblia legitima tal discurso, pois expressa

Deus de forma opressivamente masculina, e no cristianismo, descreve a salvação da humanidade por meio da encarnação de Deus em um corpo de homem.

O homem é quem vai falar e escrever sobre Deus ao modo das sociedades patriarcais, reafirmando o poder de representar o Criador como regulador da vida humana e do universo como um todo. Sendo eles, os homens, imagem e semelhança de Deus são legitimados a propagarem suas convicções e seus interesses, em modos de opressão e poder como expressão da vontade de Deus na terra. Nessa perspectiva, o próprio Deus se tornou a “imagem e semelhança” dos representantes da sociedade, à medida que impunham comportamentos e modos de vida a serem seguidos.

Gebara (2017) aponta que segundo antropólogas feministas, há mais de seis mil anos, a experiência religiosa das mulheres não é respeitada no discurso patriarcal do Deus masculino, porque elas, alienadas em suas existências, tiveram de seguir os caminhos abstratos impostos pela linguagem do homem, visto que suas experiências do sagrado, mesmo nos espaços reservados as mulheres, não foram valorizadas. A destinação da vida doméstica para a mulher impossibilitou sua participação livre na vida pública, lhe impedindo de expressar publicamente suas experiências religiosas nos espaços destinados somente aos homens. O mito judaico-cristão da criação a colocou num lugar inferior, de debilidade e fraqueza por ter cedido à tentação da serpente comendo do fruto proibido e oferecendo-o ao homem, sendo redimida da culpa somente pela salvação em Jesus, encarnação masculina de Deus.

A teologia feminista surge neste contexto, hegemonicamente masculino, como resultado da busca de mulheres teólogas, questionadoras dos lugares que lhes foram atribuídos socialmente, legitimados pelo discurso religioso cristão. “A teologia feminista integra uma grande rede de saberes que emergiram em diferentes áreas acadêmicas problematizando e desconstruindo os discursos hegemônicos androcêntricos” (FURLIN, 2011, p. 140). A experiência da dominação, da invisibilidade e da discriminação compartilhada pelas mulheres durante séculos, possibilitou a emergência de uma consciência coletiva em vários campos do conhecimento quanto a abordagem das diferenças de gênero.

Gebara em entrevista concedida a Rosado-Nunes (2006, p. 298-299), esclarece que a teologia feminista no Brasil, se desenvolve à margem das instituições religiosas, pois as teólogas não direcionam seus estudos necessariamente a esta ou aquela igreja, e que “grande parte das teólogas feministas brasileiras alia seu trabalho acadêmico e produção intelectual a uma militância nos movimentos sociais”. Essa militância se caracteriza pela realização de cursos e assessoria em diversos movimentos, tais como, trabalhadoras rurais, domésticas, grupos de mulheres da periferia, grupos sindicais, consciência negra, etc.

Segundo Furlin (2011), as teólogas produziram a teologia feminista, a partir da própria experiência, utilizando a hermenêutica bíblica como método de releitura da sagrada escritura, elaborando novas narrativas, nas quais elas se reconhecem como sujeitos da construção de um novo saber no campo teológico. Essas narrativas operam de forma significativa, apesar de marginais, nos estudos de gênero, que produzem e ressignificam as subjetividades femininas. Assim, é possível pensar que no dinamismo da história, a mulher pode refazer a sua experiência por meio de reflexões e do compromisso com a realidade social, mesmo num espaço que sempre foi pensado e ocupado pelo gênero masculino.

Para Gebara (1997) a revolução feminista provocada pela tomada de consciência da mulher, reivindica uma reorganização do mundo, uma revisão de tarefas e um novo sistema de divisão do trabalho. Visa uma participação equitativa da mulher nas decisões políticas e presença equilibrada entre homens e mulheres nos diferentes setores da vida humana, evitando hipertrofias e preconceitos entre ambos os gêneros, que acentuam os problemas enfrentados pela sociedade moderna. A organização das mulheres tem sido de grande importância para as transformações sociais, entretanto transpassar as fronteiras reivindicatórias implica em esbarrar no problema antropológico maior, de não se limitar a buscar lugares semelhantes ou iguais aos homens, mas pretender uma reorganização da sociedade como um todo.

Como todo movimento, tanto o feminismo, quanto a teologia feminista, sofrem oposições em várias esferas, e é importante conhecê-las para a construção de estratégias de enfrentamento e de luta. Gebara (1989) aponta que por meio da cultura patriarcal e de maneira naturalizada, os papéis sociais foram delimitados, inclusive na divisão social do trabalho. Surgiram comportamentos aceitáveis para homens e comportamentos aceitáveis para mulheres de forma tão profunda e natural, ao ponto de se desprenderem da própria cultura se tornando quase que imutáveis.

Pode-se dizer que a própria cultura vigente se opõe ao movimento feminista pelas mudanças que propõe. Mudar hábitos milenares que foram se adaptando às transformações do modelo econômico e social não é tarefa fácil. O feminismo denuncia a desvalorização do trabalho feminino e o não reconhecimento da importância da mulher no mercado de trabalho. A segunda oposição a ser considerada é a dos homens pela ameaçadora transformação de suas mulheres, filhas, irmãs e mães, ou seja, a emancipação da mulher nos diferentes setores da vida social e familiar gera insegurança por não conceberem as consequências e os impactos destes movimentos no futuro. Para Gebara (1989), o movimento feminista aspira um projeto amplo de sociedade, numa transformação qualitativa das relações entre homens e mulheres,

na tentativa de desalienação do homem diante dos estereótipos e condicionamentos impostos a eles pela sociedade, por meio da própria família.

A oposição de mulheres também deve ser considerada, sobretudo das mulheres de classes média e alta que se posicionam de maneira conservadora, considerando a emancipação da mulher como uma afronta à ordem estabelecida por Deus para manutenção dos valores da família. Gebara (1989) aponta ainda que a última oposição a ser considerada neste estudo, é a das igrejas cristãs que, por se considerarem detentoras do poder “sagrado”, resistem às mudanças na argumentação de seguirem os preceitos divinos. Os homens que, em sua maioria absoluta, lideram as igrejas cristãs, em defesa da tradição, impossibilitam possíveis reflexões ou questionamentos acerca das imagens teológicas já estabelecidas. Por esse motivo, as mulheres são submetidas nas igrejas a realizarem tarefas que são prolongamento do lar, e são em muitos contextos, limitadas de exercerem cargos de liderança. No caso das igrejas evangélicas, num cenário que se apresenta de maneira um pouco diferente, a maioria das mulheres que recebem o título de pastoras estão sempre à sombra de seus maridos, trabalhando paralelamente ao ministério pastoral masculino.

Na maioria das denominações evangélicas, o ministério pastoral feminino perpassa pelo papel de companheira do marido na vida eclesiástica. Elas recebem o título de pastoras, num rito de consagração, que também pode ser chamado de ordenação, realizado no culto religioso diante dos fiéis. A partir da consagração, a mulher recebe do pastor titular, que pode ou não ser o seu marido, as tarefas que serão desempenhadas por ela. “Às mulheres fica destinado as funções que lidam com o cuidado maternal e doméstico: ensino, apoio e assistência.” (CHANTAL, 2019, p. 182).

Outro grupo de pastoras a serem consideradas são aquelas que ingressam em Seminários Teológicos em busca de especialização acadêmica para exercício da profissão de Teólogas, atuando na maioria dos casos como Missionárias e Pastoras Auxiliares em diversas denominações evangélicas, ou como Educadoras e Pesquisadoras das Ciências da Religião. No Brasil, algumas religiosas evangélicas têm se destacado nos estudos de gênero e religião, dentre elas, Valéria Cristina Vilhena. A teóloga feminista é fundadora do movimento “Evangélicas pela Igualdade de Gênero” (EIG), Doutora pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, onde pesquisou a vida da missionária e fundadora das Assembleias de Deus no Brasil, Frida Maria Strandberg.

Em suas pesquisas, Vilhena (2009) destaca as relações entre gênero, religião e violência doméstica destacando este tipo de violência entre mulheres evangélicas atendidas no Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher - Casa Sofia na Cidade de São Paulo, onde ressaltou

as dificuldades encontradas tanto pelas profissionais da Casa, como também por ela, nos agendamentos das entrevistas individuais ou na formação do grupo focal. As mulheres temiam falar do assunto e serem descobertas, pois, no caso de algumas, seus companheiros agressores eram também seus líderes espirituais, além de alegarem devida obediência aos maridos. Para a autora,

A violência do agressor é combatida pelo ‘poder’ da oração. As ‘fraquezas’ de seus maridos são entendidas como “investidas do demônio” então a denúncia de seus companheiros agressores as leva a sentir culpa por, no seu modo de entender, estarem traindo seu pastor, sua igreja e o próprio Deus. Logo o que era um dever, o da denúncia para fazer uso de seu direito de não sofrer violência, passa a ser entendido como uma fraqueza, ou falta de fé na provisão e promessa divina de conversão-transformação de seu cônjuge. (VILHENA, 2009, p. 94).

O estudo realizado, ainda demonstra a força do discurso religioso nos aconselhamentos pastorais e sermões sobre os papéis reservados às mulheres, destacando a culpa transferida ao gênero feminino, devido a entrada do pecado no mundo por meio de Eva. Tal discurso reforça a ideologia patriarcal sobre as mulheres, conferindo a elas a responsabilidade pela manutenção da harmonia no lar, com paciência e abnegação, atributos e estereótipos que recaem sobre o gênero feminino há séculos. O discurso de libertação da teologia evangélica é paradoxal, pois “não liberta as mulheres da opressão e da violência doméstica, antes reforça seus papéis de submissão à vontade masculina - um paradoxo de amor e dor - culturalmente construídos.” (VILHENA, 2009, p. 41).

Gebara (2017) aponta que o século XX foi marcado pela suspeita feminina, ou seja, pela dúvida em relação às verdades absolutas sobre as mulheres, os homens, sobre o mundo, e, sobretudo, sobre os papéis sociais tão naturalizados em nossa cultura ocidental. A suspeita feminina também alcançou a teologia em diversos níveis, trazendo questionamentos sobre a existência humana frente aos seres transcendentais e a culpa subjetiva imposta, de não ser aquilo que Deus ou seus representantes esperam. Esta culpa implacável, que atinge, sobretudo às mulheres, muitas vezes, é também mantenedora de injustiças e dependência em relação às autoridades diversas.

A teologia feminista considera a transcendência como capacidade de transpor a materialidade da vida, um atributo positivo e possível ao ser humano destinado ao divino, já o discurso religioso cristão, considera Deus como Ser distante, inatingível, que existe acima de tudo e de todos. Desta forma, a teologia feminista denuncia as contradições e injustiças existentes nas estruturas patriarcais do cristianismo e é legitimada pela experiência de muitas mulheres que viveram e vivem no contexto das igrejas cristãs e que experimentaram, em seu cor-

po e mente uma vivência de sofrimento diante da dominação das instituições religiosas. Ao retirar a força política e social do Deus patriarcal, legitimadora da dominação feminina, a teologia feminista objetiva o reconhecimento do humano pelo humano e manifesta a hipocrisia das políticas masculinas, sobretudo as eclesiásticas, que sustentam as hierarquias, as injustiças, as desigualdades e a dominação em nome de Deus. Neste sentido, a teologia feminista pensa a vida humana partindo da própria vida. A teologia torna-se vida, “vidadologia” (GEBARA, 2017).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste estudo, foi possível identificar que, em nossa sociedade o discurso religioso cristão é, muitas vezes, utilizado como dispositivo de atualização das diversas formas de opressão de gênero. O discurso é uma ferramenta importante para a manutenção das relações de poder e do modelo de organização patriarcal, que determina os papéis específicos para cada gênero, e na maioria das vezes, atribui às mulheres uma posição de inferioridade em relação ao homem.

Verificou-se também que o processo de subjetivação se dá pela absorção dos conceitos pré-estabelecidos socialmente, fazendo com que o sujeito acredite que tais representações são naturais e inquestionáveis. Desta forma, percebeu-se que a posição de inferioridade da mulher na sociedade foi, ao longo dos séculos, se naturalizando, a partir da subjetivação das próprias mulheres de que deveriam ocupar uma posição menos importante que a dos homens, e que sua atuação na vida pública, por tanto, seria dispensável. Para manutenção destas relações de poder, a cultura patriarcal se incumbiu de desqualificar e tornar a mulher invisível, subjugando e desvalorizando o gênero feminino, nos diversos segmentos da sociedade, fazendo uso do discurso presente nas histórias bíblicas.

Em contraponto ao discurso, identificou-se a desconstrução do conceito patriarcal de Deus proposta pela teologia feminista, que tem como objetivo o questionamento dos sentidos ocultos presentes no discurso religioso, que visam a manutenção das relações de dominação de gênero. No entanto, observou-se neste trabalho a importância de novas produções que apontem possibilidades de enfrentamento às opressões de gênero que são fundamentadas pelo discurso religioso cristão.

Para direcionar o psicólogo no enfrentamento das diversas formas de violência contra a mulher, os Conselhos Federal e Regional de Psicologia, juntamente com o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), criaram em 2013, o documento

de referência para atuação de Psicólogas (os) em serviços de atenção à mulher em situação de violência. Tal documento tem como objetivo construir referência sólida para a atuação da Psicologia em programas de atendimento às mulheres, tendo como base, princípios éticos e políticos, elaborado a partir de parâmetros compartilhados e legitimados pela participação reflexiva e crítica da categoria na área. Mesmo o documento não tratando especificamente das opressões de gênero implícitas no discurso religioso, se torna um instrumento útil para inspirar as implicações do Psicólogo no enfrentamento de tais opressões que, muitas vezes, se caracterizam em práticas de violência, tanto físicas, quanto psicológicas contra mulheres evangélicas, justificadas pela estrutura patriarcal da religião judaico-cristã.

A implicação do psicólogo com o tema, e seu compromisso com a transformação da realidade social, podem contribuir para a construção de narrativas que visem a produção de novos sentidos quanto a igualdade de gênero e a importância da mulher na história. Neste sentido, as reflexões propostas neste trabalho, poderão ampliar a compreensão dos fenômenos que favorecem a manutenção da relação de subordinação de gênero, que muitas vezes se desdobram em violência e opressão.

REFERÊNCIAS

BIROLI/, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**: Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2019a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 23 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 23 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm. Acesso em: 23 abr. 2020.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enfermagem**, v. 15, n. 4, p. 679-84, 2006.

COLOSSENSES. In: A BÍBLIA da mulher: leitura, devocional, estudo. 2. ed. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2010.

DE SOUZA COLARES, Karen. Antropologia Do Feminino Em Gênese. FAJE – **Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia**, 2019. Disponível em: <https://faculdadejesuita.edu.br/wp-content/uploads/2022/06/ANTROPOLOGIA-DO-FEMININO-EM-GENESIS-UMA-NOVA-CONSTRUCAO-A-PARTIR-DA-HERMENEUTICA-DE-ELISABETH-SCHUSSLER-FIORENZA.pdf>

FELDMAN, Sergio Alberto. A mulher na religião judaica (ríodo bíblico: primeiro e segundo templos). **Métis: história & cultura**, Caxias do Sul (RS), v.5, n. 10, p. 251-272, dez. 2006.

FERRARO, Benedito. Questões contemporâneas para a teologia na perspectiva de gênero. In: SOCIEDADE DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO. **Gênero e teologia: interpelações e perspectivas**. São Paulo, SP: Loyola, 2003, p. 121-141. (Coleção Questões de Gênero; 1).

FOLLADOR, KellenJacobsen. A mulher na visão do patriarcado brasileiro: uma herança ocidental. **Revista fato & versões**, v. 1, n. 2, p. 3-16, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade e política**. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1995.

FURLIN, Neiva. Teologia feminista: uma voz que emerge nas margens do discurso teológico hegemônico. **REVER - Revista de Estudos da Religião**, v. 11, n. 1, p. 139-164, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://ken.pucsp.br/rever/article/view/6034>. Acesso em: 12 fev. 2020.

GEBARA, Ivone. **Asincômodas filhas de Eva na Igreja da América Latina**. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.

GEBARA, Ivone. **O que é teologia feminista**. Brasiliense, 2017. *E-book*. Disponível em: <https://ler.amazon.com.br/?asin=B074JL1Y39>. Acesso em: 12 set. 2019.

GEBARA, Ivone. **Teologia ecofeminista**. São Paulo: Olho d'água, 1997.

GEBARA, Ivone. Teologia feminista e crítica da razão religiosa patriarcal: entrevista com Ivone Gebara. [Entrevista cedida a] Maria José Rosado-Nunes. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 294-304, jan./abr. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000100016 Acesso em: 17 abr. 2020.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989. Disponível em: https://monoskop.org/images/3/39/Geertz_Clifford_A_interpretacao_das_culturas.pdf.

Acesso em: 14 set. 2019.

GÊNESIS. *In: A BÍBLIA da mulher: leitura, devocional, estudo*. 2. ed. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da violência 2018**. Rio de Janeiro: IPEA, 2018. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/atlas-da-violencia-2018>. Acesso em: 19 set. 2019.

MATEUS. *In: A BÍBLIA da mulher: leitura, devocional, estudo*. 2. ed. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2010.

MATOS, Alderi Souza de. Breve história do protestantismo no Brasil. **Vox Faifae: Revista de Teologia da Faculdade FASSEB**, v. 3, n. 1, 2011. Disponível em: <http://www.faifa.edu.br/revista/index.php/voxfaifae/article/view/27>. Acesso em: 26 nov. 2019.

MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel. **O corpo feminino em debate**. Organização de Maria Izilda Santos de Matos Rachel Soihet. São Paulo: UNESP, 2003.

MELO, Mônica Santos Souza. Considerações sobre o domínio de prática discursiva religioso. *In: MELO, Mônica Santos Souza (Org.). In: MELO, Mônica Santos de Souza (org.). Gêneros: reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 2017, p. 131-148. Disponível em: [http://www.letras.ufmg.br/padrao_cms/documentos/nucleos/nad/\[E-BOOK\]%20MELO%20-%20Reflex%C3%B5es%20sobre%20o%20discurso%20religioso.pdf](http://www.letras.ufmg.br/padrao_cms/documentos/nucleos/nad/[E-BOOK]%20MELO%20-%20Reflex%C3%B5es%20sobre%20o%20discurso%20religioso.pdf). Acesso em: 5 nov. 2019.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **ONU conclama sociedade brasileira para tolerância zero à violência contra as mulheres**. [Brasília]: Nações Unidas, 15 maio 2017b. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-conclama-sociedade-brasileira-para-tolerancia-zero-a-violencia-contra-as-mulheres/>. Acesso em: 25 set. 2019.

I PEDRO. *In: A BÍBLIA da mulher: leitura, devocional, estudo*. 2. ed. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2010.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de gênero e história social. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 159-189, jan./abr. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2009000100009&script=sci_arttext. Acesso em: 17 set. 2019.

RODRIGUES, Maria Elizabeth; NASCIMENTO, Geraldo Barbosa do; NONATO, Eunice Maria Nazareth. A dominação masculina e a violência simbólica contra a mulher no discurso religioso. **Identidade!** v. 20, n. 1, p. 78-97, 2015.

ROSADO-NUNES, Maria José. Teologia feminista e crítica da razão religiosa patriarcal: entrevista com Ivone Gebara. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 294-304, jan./abr. 2006.

ROTONDANO, Ricardo. Investigando a herança cultural-religiosa brasileira: a dificuldade em instituir um Estado plenamente laico. **Revista do Direito Público**, v. 8, n. 2, p. 221-238, 2013.

SANTOS, Naira Pinheiro. Representações sócio-religiosas e tolerância à violência de gênero. **Estudos Feministas e Religião: Tendências e Debates**, v. 1, e. 79, p. 203- 225, 2014.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p. 137-150, 2001.

SCHRAIBER, Lilia Blimaet *al.* Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 41, n. 5, p. 797-807, out. 2007.

SILVA, Eliane Moura da. Fundamentalismo evangélico e questões de gênero: em busca de perguntas. In: SOUZA, Sandra Duarte de. **Gênero e religião no Brasil: ensaios feministas**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006, p. 11-27.

SUAIDEN, Silvana. Questões contemporâneas para a teologia: provocações sob a ótica de gênero. In: SOCIEDADE DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO. **Gênero e teologia: interpelações e perspectivas**. São Paulo, SP: Loyola, 2003, p. 143-152. (Coleção Questões de Gênero; 1).

TEDESCO, Silvia. As práticas do dizer e os processos de subjetivação. **Interação em Psicologia**, v. 10, n. 2, p. 357-362, 2006.

VILHENA, Valéria Cristina. **Pela voz das mulheres: uma análise da violência doméstica entre mulheres evangélicas atendidas no Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher Casa Sofia**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Religião) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2009. Disponível em: <http://tede.metodista.br/jspui/bitstream/tede/529/1/Valeria%20Vilhena%20Mestrado.pdf>. Acesso em: 14 set. 2019.